

Leituras complementares – Semana 5- EDM 420

Apresentamos abaixo uma seleção de referências e leituras que podem auxiliar no aprofundamento dos estudos em torno do tema da semana:

CARVALHO, Marília Pinto. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. Educ. Pesq. 2003; 29(1):185-193. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a13v29n1.pdf>> Acesso em 2 ago. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 02 ago. 2020.

PERES, Willian Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: Junqueira, R. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas, MEC/UNESCO. Brasília, 2009.p. 235-264. Disponível em:
<http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf> Acesso em 2 ago 2020.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. Horiz. Antropol. 2006; 12(26): 71-100. Disponível em
< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004&lng=en&nrm=iso > Acesso em 2 ago. 2020.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. Rev. psicol. polít. [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 622-636. Disponível em
< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 ago. 2020.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. Cad. Pagu, Campinas , n. 33, p. 265-283, Dec. 2009. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=en&nrm=iso> Acesso em 2 ago. 2020.

ABRAMOVAY, Miriam. Coord. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf> Acesso em 2 ago. 2020.

ABRAMOVAY, Miriam, et. All.. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133977>> Acesso em: 2 ago. 2020.

ALTMANN, HELENA. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 ago. 2020.

AÇÃO EDUCATIVA. STF reforça constitucionalidade da abordagem de gênero em escolas e questiona mito da neutralidade na educação. 29 de junho de 2020. Ação Educativa. SP: São Paulo. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/stf-reforca-constitucionalidade-da-abordagem-de-genero-em-escolas-e-questiona-mito-da-neutralidade-na-educacao/>> Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>> Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília: CNE/CP; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível

em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP_222DEDEZEMBRODE2017.pdf > Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> > Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP. Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em : < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf > Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm > Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República; Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm > Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum, DF: Brasília, MEC, 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf > Acesso em 2 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 467 MINAS GERAIS. RELATOR : MIN. GILMAR MENDES. 29 de maio de 2020. Disponível em : < <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343669940&ext=.pdf> > Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 460 PARANÁ. RELATOR: MIN. LUIZ FUX. 26 de junho de 2020. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5204904> > Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PLENÁRIO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 457 Goiás. RELATOR: MIN. ALEXANDRE DE MORAES. 29 de junho de 2020. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF457.pdf> > Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 526 PARANÁ. RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA. 11 de maio de 2020. Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343275207&ext=.pdf>> Acesso em 2 ago 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural; orientação sexual. 3.ed. Brasília, MEC, 2001.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*. 2015; 21(2):323-345. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 02 Ago. 2020.

CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. In: MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. P. 73-82.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar: sumário executivo. São Paulo, 2009. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>> Acesso em: 31 Julho 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retratos das desigualdades de gênero e raça, 1995 a 2015. DF: Brasília, IPEA, 2015. Disponível em<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf> Acesso em 02 ago. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* 2001; 9(2):541-553. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>> Acesso em 02 ago. 2020.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SABATINE, Thiago Teixeira; FODRA, Sandra Maria. Gênero, sexualidade e diversidade sexual no contexto das políticas educacionais do Estado de São Paulo. *Revista Café com Sociologia*. V.7, n. 1, jan./abr., 2018. pp 11-29. Disponível em: < <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/download/801/pdf>> Acesso em 2 ago. 2020.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Deliberação o nº 125. Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. São Paulo: CEE/SP; 2014. Disponível em:

< <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2014/del%20125-14%20e%20ind%20126-14.pdf>> Acesso em 2 ago. 2020.

SÃO PAULO. Resolução SE 45, de 18-8-2014. Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação. Disponível em: < http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45_14.HTM> Acesso em 2 ago. 2020.

VENTURI, GUSTAVO; BOKANY, VILMA (Org.) Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Diversidade-Sexual-Web.pdf> Acesso em 2 ago 2020.

VIANNA C; UNBEHAUM S. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: Carreira D. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, CLADEM, ECOS, Géledes, Fundação Carlos Chagas; 2016. p.53-119. Disponível em: <http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf> Acesso em 2 ago. 2020.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educ. Soc., Campinas , v. 27, n. 95, p. 407-428, Aug. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 ago. 2012.